

O ethos revolucionário da esquerda armada brasileira: o caso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro

HIGOR CODARIM NASCIMENTO

Universidade Federal do Fluminense

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a constituição de um ethos revolucionário pelos militantes da esquerda armada brasileira, em específico, por intermédio da trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Através do conceito de geração proposto pelo historiador Jean-François Sirinelli, buscamos compreender como os militantes da esquerda armada, constituintes da geração de 1968, ao optarem pelo enfrentamento armado à ditadura civil-militar brasileira, construíram uma perspectiva revolucionária coletiva e individual, consolidando uma maneira específica de agir, baseada em valores éticos.

Palavras-chave: MR-8; Luta armada; Ditadura, Brasil.

Abstract: This article aims to analyze the constitution of a revolutionary ethos by the militants of the Brazilian armed left, in particular, through the trajectory of the 8th of October Revolutionary Movement. Through the generation concept proposed by the historian Jean-François Sirinelli, we sought to understand how the militants of the armed left, constituents of the 1968 generation, opted for armed confrontation against the Brazilian civil-military dictatorship, built a collective and individual revolutionary perspective, consolidating a specific way of acting, based on ethical values.

Palavras-chave: MR-8; Luta armada; Ditadura; Brasil

Keywords: MR-8; Armed Struggle; Dictatorship; Brazil

Em torno das comemorações dos 50 anos do tonitruante ano de 1968, voltam-se os esforços para novas interpretações sobre suas raízes e seus legados, no Brasil e no mundo. A partir desse estímulo, buscamos, com esse artigo, contribuir com as novas análises a partir de um viés específico. Partindo do conceito de geração proposto pelo historiador Jean-François Sirinelli, buscamos empreender uma investigação que atente para a construção de um ethos¹ revolucionário pelas organizações que empreenderam a luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira², em específico, através de um dos grupos que a constituiu: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8).

Jean-François Sirinelli e a geração de 1968 no Brasil

Como prelúdio imprescindível para o tema proposto, devemos indicar, brevemente, de que modo Sirinelli mobiliza o conceito de geração e, principalmente, de que maneira seu conceito foi articulado para a compreensão da realidade brasileira, especificamente para investigar a geração de 1968 brasileira, ressaltando sua ligação inextricável com a luta armada.

1 Fortemente relacionado ao conceito de geração, utilizamos o termo *ethos* para nos referirmos a um conjunto de comportamentos específicos, constituídos a partir dos marcos fundadores de uma geração.

2 Optamos pela utilização do termo “civil-militar” ao nos referenciarmos à ditadura. A consolidação do termo “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese e manutenção do golpe e da ditadura ao longo de seus vinte e um anos de existência. No entanto, devemos citar que não propomos uma atribuição genérica à responsabilidade da sociedade. Utilizamos o termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura, apoiando-nos, assim, na perspectiva proposta por Ridenti (2016).

Para o historiador francês, o conceito de geração não está limitado a um estrato demográfico marcado, puramente, por uma medida de tempo. A geração se constitui quando um estrato populacional “[...] adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador.” (SIRINELLI, 2006, p. 133). Dos acontecimentos inauguradores, partilhados comumente, são produzidos “efeitos da idade”, constituintes dos “fenômenos de geração”. Como aponta o próprio Sirinelli:

[...] esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida. (SIRINELLI, 2003, p. 255)

Em síntese, para o historiador francês, ultrapassando seu caráter temporal, estático e biológico, as gerações se formam a partir de eventos culturais, *marcos fundadores*, que imprimem identidade a um grupo, funcionando, portanto, como “escala móvel do tempo”.

Feita essa síntese do conceito proposto por Sirinelli, passemos à sua mobilização para a análise da geração de 1968 no Brasil. Denise Rollemberg, em seu trabalho sobre os militantes políticos de esquerda perseguidos e exilados no período da ditadura, propõe a utilização do conceito de Sirinelli para compreensão da trajetória de vida dos exilados. Caracterizando o exílio como processo representativo da “derrota de um projeto político e pessoal”

da militância política de esquerda, a historiadora desenvolve uma distinção geracional entre os militantes exilados, através de marcos fundadores distintos, proporcionados pela conjuntura sócio-política brasileira da década de 60. A primeira geração, caracterizada pela autora como *geração de 1964*, foi marcada “[...] pelos movimentos reformistas e o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart.” (ROLLEMBERG, 1999, p. 49). Constituída por esses marcos fundadores, está

[...] toda uma geração de lideranças ativas na cena política no pré-1964 [que] passou a ser perseguida pelo regime militar. De políticos experientes, que já atuavam antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo, até militantes bem mais jovens; de políticos e intelectuais que defendiam reformas no país, através da disputa legal e institucional, a grupos que já propunham transformações mais profundas, apontando para a necessidade de se recorrer ao confronto direto, sem recurso da lei. Em comum, tinham a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, a reforma agrária na lei ou na marra, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração [de 1964] àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados aos sindicatos e a partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB. (Idem, p. 50)

Com relação à segunda geração, mais importante para este trabalho, Rollemberg percebe sua constituição identitária através de

[...] militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizavam a ação revolucionária – de *massas* ou de *vanguarda*. Os eventos e as lutas do pós-

1964 – o movimento estudantil, as passeatas, as greves, a luta armada, os sequestros de diplomatas – são as referências. (Ibidem)

Portanto, através do texto de Denise Rollemberg, pudemos distinguir e delimitar de que modo se constitui a geração de 1968 brasileira, da qual os militantes do MR-8 não apenas foram constituintes, mas tornaram-se expoentes. Contudo, pode-se notar que a análise da constituição da geração de 1968 não é o objetivo central da autora, portanto, sua caracterização é traçada de forma breve, de modo a servir de contraponto à geração de 1964, evidenciando suas diferenças e de que modo essas diferenças poderiam auxiliar na compreensão das trajetórias distintas no exílio. Como para este artigo esta discussão é fundamental, analisaremos agora, de forma resumida, a trajetória do MR-8, que se inicia como Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB), para aprofundar a reflexão acerca dos marcos fundadores desta geração e delimitar, conseqüentemente, os valores éticos que foram construídos por ela.

O projeto revolucionário da luta armada: uma opção coletiva e individual.

A DI-GB constituiu-se como uma das diversas dissidências estudantis³ que surgiram no seio do Partido Comunista Brasileiro (PCB),

3 Além da Dissidência da Guanabara, pioneira na cisão com o PCB, pululavam dissidências em outros estados, como: Dissidências do Rio de Janeiro (DI-RJ), que se tornaria o primeiro Movimento Revolucionário Oito de Outubro; Dissidência do Rio Grande do Sul (DI-RS) que formaria o Partido Operário Comunista (POC) com remanescentes da POLOP; Dissidência de São Paulo (DI-SP) que se integraria à ALN ou à VPR e VAR-Palmares; Dissidência da Bahia, que promoveria uma fusão com a DI-GB;

como evidência das inúmeras cisões, pelas bases, que afetaram o partido após o golpe de 1964. Formada ainda no período pré-64, surgiu da aproximação, ainda molecular, de alguns estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) – considerada “escalão avançado do movimento estudantil” (POERNER, 2004, p. 189) e “baluarte dos comunistas no meio universitário” (PATTO SÁ MOTTA, 2014, p. 31) – e da Faculdade Nacional de Direito, ambas integradas à Universidade do Brasil, que militavam no Partidão, como era conhecido o Partido Comunista Brasileiro à época, divergindo “ [...] da orientação do PCB e simpatizam com as divergências chinesas, em relação a linha da URSS, e mantêm um embrião de luta interna” (AARÃO REIS FILHO, 1987).

Os dissidentes criticavam, em especial, a leitura política pecebista sobre a revolução brasileira ser democrática, anti-imperialista e anti-feudal, proposta ainda antes do golpe na *Declaração sobre a política*, de março de 1958, ratificada pelo V Congresso do partido, em 1960. No início, a perspectiva da *fração* clandestina ao PCB era construir uma vasta articulação de esquerda, no interior do partido, para ganhar o VI Congresso, que seria realizado em 1967. Contudo, antes do congresso, na virada do ano de 1966 para 1967, a organização consolida um processo de ruptura com o PCB, por não se adequar às recomendações partidárias a respeito do processo eleitoral de novembro. Os pecebistas indicavam a necessidade de apoiar a luta institucional, fortalecendo as campanhas eleitorais dos candidatos do recém-criado Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no entanto, os dissidentes propõem, pela primeira vez de forma aberta, um enfrentamento às orientações partidárias, e realizam campanhas pelo voto nulo nas universidades. Com isso, rompem com o partido, e se constituem como

e, Dissidência de Minas Gerais (DI-MG) que integraria a CORRENTE.

uma nova organização. Foi a primeira das dissidências a romper com o partido.⁴

Nesse período, entre a criação da fração e a cisão com o PCB, a Dissidência se consolidou enquanto organização autônoma por dominar parte importante dos centros nas universidades públicas da Guanabara⁵, conseguindo, assim, aumentar seu número de militantes. Nesta perspectiva, fizeram parte do processo da reativação da entidade estadual dos estudantes, a União Metropolitana dos Estudantes (UME(AMES)), conquistando a presidência da entidade em 1966, mantendo o comando até início da década de setenta. A inserção significativa no movimento estudantil ganhou força com a proposta política dos dissidentes, que buscava responder aos anseios dos estudantes na luta por questões relativas às universidades, em associação com a perspectiva de luta por questões mais gerais, ao contrário de enfatizar apenas estas, como era o caso da Ação Popular (AP)⁶, principal referência de disputa pela hegemonia das entidades estudantis com a DI-GB, que tinha como proposta a atuação do movimento estudantil como contestação aberta à ditadura e sua política repressiva. Atuando a partir das demandas específicas dos estudantes, a Dissidência se tornou vanguarda da luta estudantil na Guanabara no triênio 1966-1968, que teve seu ápice com a *Passeata dos Cem Mil*, em 1968.⁷

Entre 1967 e 1969 foi sendo consolidada a visão de que *só a luta armada*

4 Tratamos aqui, como é possível notar, de forma sumária sobre o processo de gestão e independência política da DI-GB. Para uma perspectiva mais detalhada, cf. Autor

5 O estado da Guanabara corresponde à atual cidade do Rio de Janeiro. Criado em 1960, após a transferência da capital federal para Brasília. Foi mantido até 1975.

6 A Ação Popular, fundada em 1962, baseava-se fundamentalmente no movimento estudantil ligado à Igreja Católica. Surgiu como dissidência à esquerda na Juventude Universitária Católica (JUC), que teve grande atuação política nos anos 50 e 60.

7 Tratamos, como é possível notar, de forma resumida as manifestações estudantis entre 1966-1968. Para maiores detalhes, cf. MULLER (2018).

derruba a ditadura, conforme slogan dos protestos estudantis deste período. De início com muitas nuances e dúvidas, a luta armada como estratégia revolucionária foi concretizada na nova linha política da organização, resultado das discussões na III Conferência da DI-GB, em abril de 1969. Contudo, para compreendermos a opção dos dissidentes pela luta armada, e suas consequências como marco fundador da geração de 1968, devemos relacionar dois fatores que, apesar de intrinsecamente conectados, para melhor resultado expositivo, devem ser dissociados: a opção da luta armada como organização revolucionária e como escolha individual.

Como organização revolucionária, a proposta de luta armada, de início, aparecia como forma de contraponto à tradição do PCB, considerada pelos dissidentes e pelos partidários da luta armada como *reboquista*, *etapista* e, principalmente, *pacifista*.⁸ Na avaliação dos dissidentes, os desvios de direita do partido é que haviam acarretado/permitido o golpe de 1964. O partido liderado por Luís Carlos Prestes⁹ se tornava o principal *bode expiatório* das organizações de esquerda armada, que propunham enterrar a experiência reformista pecebista e construir uma alternativa efetivamente revolucionária. Essa perspectiva de ruptura com a tradição e as formas de luta do PCB encontrava confirmação na conjuntura revolucionária internacional, que

8 Faz-se necessário explicitar essas adjetivações depreciativas. Ancorada em uma visão dualista da sociedade brasileira, o PCB preconizava uma revolução em duas fases. A primeira, capitaneada pela parcela patriota da burguesia nacional, seria democrática, anti-imperialista e anti feudal, com objetivo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A revolução socialista seria uma segunda etapa, mais adiante, a ser realizada após o pleno desenvolvimento do capitalismo. Portanto, *etapista* por conceber a revolução por etapas e não preconizar, diretamente, a revolução socialista; *reboquista* por delegar à burguesia nacional o protagonismo no processo revolucionário e, por fim, *pacifista* por vislumbrar que as duas fases revolucionárias aconteceriam ancoradas na institucionalidade democrática. Para maiores detalhes sobre a perspectiva do PCB antes do golpe, cf. GORENDER (2014)

9 Principal líder do Partido Comunista Brasileiro, foi secretário-geral do partido entre 1943 e 1980.

aparentava inaugurar uma nova fase na progressiva *marcha para o socialismo*, como também no debate teórico que surge nesse contexto.

Com relação à conjuntura revolucionária internacional, devemos evidenciar a eclosão de processos revolucionários, socialistas ou de libertação nacional, em países periféricos, em especial China e Cuba, mas também Argélia e Vietnã, que reposicionam os países periféricos como protagonistas no processo de internacionalização do socialismo.

A revolução chinesa, de 1949, foi o primeiro processo revolucionário vitorioso a ter os camponeses como protagonistas principais. Os comunistas chineses, após o XX Congresso do PCUS, despontaram como contraponto à proposta de coexistência pacífica da União Soviética no contexto da Guerra Fria. (AARÃO REIS FILHO, 2002). Para além, com um poder de influência maior no Brasil, temos a revolução cubana, em 1959. Principalmente pela proximidade geográfica e, sobretudo, histórica, o processo revolucionário cubano que, a princípio, tinha caráter de libertação nacional, com objetivo de depor o ditador Fulgência Batista, e foi, posteriormente, em direção ao socialismo, teve um impacto bastante amplo na esquerda armada em geral e, em especial, na Dissidência. Se o processo revolucionário em si gerava simpatias nos comunistas brasileiros, em especial pela existência e sobrevivência de um país comunista, no contexto da Guerra Fria, vizinho dos EUA, as análises produzidas posteriormente à revolução¹⁰, na tentativa de criação de um novo modelo revolucionário que atenderia, principalmente, ao contexto social específico da América Latina, elevaram ainda mais o poder de influência da revolução que transformou Cuba no *primeiro território*

10 Fazemos referência aqui aos principais teóricos do *foquismo*, como ficaram conhecidas as tentativas de sistematização da experiência revolucionária cubana, Che Guevara e Régis Debray, que tinham como perspectiva a concepção de que Cuba inaugurou um novo modelo revolucionário, específico para o contexto latino-americano. Para mais detalhes, cf. Guevara (1987); Debray (s.d).

livre da América Latina, como se dizia na época.

Com relação ao debate teórico, ganham relevância as leituras conjunturais do Brasil inserido em um sistema mundial de exploração, por intermédio das relações tecidas pelo capitalismo em sua fase monopolista, que promovem, assim, uma crítica à visão dualista da sociedade brasileira, encampada pelo PCB, que enxergava um Brasil moderno, capitalista, no meio urbano e um Brasil atrasado, permeado por resquícios feudais, no meio agrário. Nesta perspectiva se insere a leitura de Caio Prado Júnior, em *A revolução brasileira* (1966), como também as leituras da chamada *Teoria da dependência*¹¹, com Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank como maiores expoentes. Este último, inclusive, em sua obra *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo* (1964), procurou relacionar o atraso no campo brasileiro não a resquícios feudais, mas sim a uma característica inerente ao sistema capitalista, que promove, a um só tempo, *desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Para além, devemos notar também a constatação do protagonismo dos países periféricos como vanguarda no processo de internacionalização do socialismo. Nesta perspectiva, de forma bem semelhante à leitura dos teóricos da dependência, está a visão dos marxistas norte-americanos Paul Baran e Paul Sweezy, condensadas no ensaio de 1966, *Capitalismo Monopolista* (1966).

Em síntese, a opção pela luta armada, enquanto escolha coletiva da organização comunista, relacionava a conjuntura ditatorial brasileira, como resultante do fracasso político da principal referência de esquerda do período e do impasse vivido pelo capitalismo no Brasil – construindo a

11 Utilizamos “teoria da dependência” no sentido apresentado por Weffort, que sintetizado por Ridenti, engloba: “[...] autores como Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países ‘dependentes’ só poderia ser mantido pela força bruta das ditaduras.” (RIDENTI, 2010, p. 35)

“utopia do impasse”, conforme expressão de Daniel Aarão Reis (1990) – à conjuntura revolucionária internacional e ao debate teórico, que canalizava, cada vez mais, nos países periféricos a possibilidade de ruptura com o modo de exploração capitalista em âmbito mundial.

Contudo, não é possível compreender essa opção apenas pela chave interpretativa relacionada a partidos políticos, conjunturas nacional e internacional e debates teóricos. Para um quadro completo é necessário avaliar o momento histórico a partir da perspectiva individual, do sujeito, com a qual se relaciona, intimamente, o questionamento do *status quo* dos costumes e, nesse quesito, conforme aponta Marcelo Ridenti, a DI-GB era “[...] um dos grupos mais liberais nos costumes” (RIDENTI, 2010, p. 201).

Nesse sentido, ao projeto revolucionário coletivo, baseado nas leituras conjunturais e teórico-estratégicas supracitadas, integra-se um outro projeto, de cunho individual. Apoiado na necessidade de construção do *homem-novo*¹², vislumbrava-se também, mesmo que de forma difusa,

12 O conceito de homem-novo – no sentido de ser humano, independente do gênero – está respaldado nos textos de juventude de Marx, em especial, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, que chegavam ao Brasil a partir da obra de Erich Fromm, *O conceito marxista de homem*, de 1961. A supra-sunção do capitalismo traria consigo a superação dialética do indivíduo estranhado, inserido na sociedade capitalista, resumido à condição de mercadoria. No sistema capitalista: “O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria” (MARX, 1844, p. 80).

No comunismo, pelo contrário: “O comunismo na condição de supra-sunção *positiva* da *propriedade privada*, enquanto *estranhamento-de-si humano*, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência *humana* pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano”. (MARX, 2004, p. 105.)

Nos anos de 1960, Che Guevara recoloca essa questão a partir do desenvolvimento do processo revolucionário em Cuba. Em discurso realizado em março de 1965, denominado *El socialismo e el hombre em Cuba*, fica clara sua concepção sobre o processo de construção do homem-novo, como parte indispensável do próprio processo revolucionário. (GUEVARA, 2004, p. 423)

nuançada e, por vezes, contraditória, uma revolução da “vida cotidiana”, para utilizarmos o termo cunhado pela Internacional Situcionista¹³, principal referência teórica à explosão dos protestos, greves e ocupações de fábricas na França em maio de 1968, genericamente conhecidos como *maio francês*. Em suma, acoplado ao projeto de revolução social, despontava também a perspectiva “libertária” de ruptura com os valores morais dominantes, importante característica das diversas manifestações da juventude ao redor do globo no final dos anos 60.

Às críticas ao capitalismo, acoplavam-se críticas ao autoritarismo, à burocracia dos partidos políticos e às relações entre os sexos, com as mulheres reivindicando equidade nas relações com os homens, libertando-se sexualmente e forçando a participação em espaços sociais antes exclusivos aos homens.

Nesta perspectiva, no projeto revolucionário coletivo se inseria o imperativo de mudar o curso do mundo modificando o curso da própria vida, como bem resume a frase de Raoul Vaneigem: “Aqueles que falam de

Respaldava-se, para além de Che Guevara, em leituras teóricas que realçavam a importância do indivíduo como elemento transformador, em especial o existencialismo sartriano, as teses da psicanálise e a crítica de Wilhelm Reich à moral sexual reproduzida no sistema capitalista em *A revolução sexual*. Este último, partindo de uma perspectiva relacional entre psicologia e sociologia, o autor promove uma crítica ácida à moral sexual vigente na sociedade, relacionando-a ao capitalismo. Objetivando o matrimônio como pedra angular dessa moral sexual, que reprime os indivíduos e constrói um muro “entre eles e a vida”, percebe na revolução social o caminho para destruição dessa moral e fruição dos indivíduos reprimidos sexualmente. Conforme suas próprias palavras: “Toda moral nega a própria vida, e a revolução social parece não ter tarefa mais importante do que possibilitar finalmente ao homem, ao ser humano vivo, a satisfação e a realização de sua vida.” (REICH, 1981, p. 31)

13 A Internacional Situcionista foi um movimento de vanguarda artística e política, fundada em 1957, tendo como principal líder Guy Debord. Realçava a necessidade de uma construção livre da vida cotidiana, contribuindo para edificação de uma nova forma de contestação revolucionária, baseada em coerência entre teoria e prática. Para maiores detalhes, cf. BRUN (2009)

revolução e luta de classes sem se referir, explicitamente, à vida cotidiana, sem compreender o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa às coerções, estes portam em sua boca um cadáver.” (1967, p. 32) Em síntese, o afã do “tudo e imediatamente” (CONH-BENDIT, 1988, p.12) para encontrar, como dizia um dos slogans dos protestos estudantis de maio de 1968 em Paris, *sous les pavés, la plage*¹⁴.

Depoimentos concedidos por ex-militantes apontam nesta direção. César Benjamin, que passou a militar pela DI-GB em 1969, com apenas quatorze anos, oferece detalhes sobre a opção pela luta armada inserida nesse contexto:

Eu acho que essa época, não só na militância, mas em diversos outros aspectos, tem uma coisa muito interessante: viver seu próprio discurso. [...] me parece que é uma coisa que está no contexto cultural da época, não só na política. É uma práxis, em todos os sentidos. [...] [A opção] pela luta armada foi, também, uma crítica de costumes. Para mim, pelo menos, e para as pessoas que eu convivi, 1968 foi um ano extremamente libertador. [A luta armada] era uma opção por um outro modo de vida. Você não pode fazer luta armada com família, filho, trabalho. Então, nesse sentido, há embutido na opção pela luta armada uma opção de costumes também. (BENJAMIN, 1987)

Em específico para as mulheres, o questionamento do matrimônio, a possibilidade de utilização da pílula anticoncepcional e o amor livre apareciam com força na possibilidade de romper com o papel social que

14 Na tradução literal: sob os paralelepípedos, a praia. Refere-se às ruas de Paris feitas de paralelepípedos. Nos confrontos com a polícia, os estudantes retiravam os paralelepípedos e os atiravam contra os policiais. Como estavam pavimentados sobre areia, criou-se o slogan. Metaforicamente, demonstrava o desejo de construir uma nova sociedade. Fundar uma outra sociedade possível através da destruição dos pilares da sociedade da época.

lhes era atribuído socialmente. Dentro dessa perspectiva, a opção pela luta armada também adquire um sentido de revolução pessoal, de opção de vida, com o objetivo de quebrar padrões estabelecidos, promovendo um “encontro marxismo-feminismo”¹⁵, que impulsionava, conseqüentemente, uma nova posição da mulher dentro de uma organização comunista. O depoimento de Vera Sílvia é emblemático neste sentido, evidenciando o aspecto individual da opção pela luta armada, que se aproxima do depoimento de César Benjamín, descortinando as conseqüências desse marco fundador para sua geração:

Eu tinha, na minha cabeça, que precisava fazer uma revolução pessoal. Uma proposta de relação afetiva diferente, achava um bode aquela perspectiva de casamento dos meus pais, queria ser melhor. Era uma coisa importante, ter uma relação igual com um homem. Essa foi uma batalha importante, para mim, naquela época. A militância foi uma forma de ruptura com tudo isso. Era uma forma de sair de tudo isso e parecia que levaria a um caminho revolucionário. A revolução era de costumes também, não era só uma revolução social. Em determinados momentos, em termos de opção individual, enquanto agentes, enquanto sujeitos dessa história, o grande motor foi uma ruptura dos costumes. (MAGALHÃES, 1987)

Nesse mesmo sentido, mas realçando a questão do lugar ocupado por mulheres em uma organização comunista, Vera Sílvia, em conjunto com outra militante da DI-GB, Yedda Botelho Salles, observa, em texto comemorativo dos vinte anos de 1968, denominado *Balanço sem perspectiva. 1968 – os que não se esqueceram, os que não se arrependeram*, os conflitos vivenciados pelas mulheres no processo de militância:

Para nós mulheres, a militância era uma faca de dois gumes: era uma forma de afirmação social e era também uma vivência de confusão entre a recusa à dominação e o reconhecimento das diferenças. A tentativa de uma troca igual quase sempre se dava em uma troca desigual. Chamávamos nossos namorados de companheiros e essa palavra significava tudo o que desejávamos. Mesmo que nem nós, mulheres, nem eles, homens, tivéssemos conseguido realizar o companheirismo, e muitas frustrações tivessem se acumulado. Tentávamos uma forma de relação afetiva igualitária para já. Éramos jovens e, porque tínhamos tempo, tínhamos urgência. (MAGALHÃES; SALLES, 1998, p.5)

Depoimentos de outras militantes também apontam para esse novo papel feminino que as mulheres construíram através da resistência à ditadura pela via marxista, relacionando-a, principalmente, com a percepção de si mesmas enquanto sujeitos históricos, transformadoras da realidade, como é o caso dos depoimentos de Renata Guerra, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e Sônia Lafoz, militante da VPR que, em 1970, passou para o MR-8. Renata aponta: “Eu era uma garota em busca de alguma coisa. [...]O pensamento marxista é de uma coerência impecável e me pareceu que ali estava a solução de tudo. *Vibre com a possibilidade de transformar as coisas, de me sentir sujeito da história.*” (GUERRA *apud* CARVALHO, 1998, p. 32. *Grifo nosso*) Sônia Lafoz aponta no mesmo sentido, ao realizar um balanço crítico da experiência da luta armada:

Não massageio meu próprio ego, mas tiro o chapéu para os homens e mulheres que tiveram coragem de enfrentar aquela situação. *No que diz respeito a nós, mulheres, as que pegaram ou não pegaram em armas, foi um momento singular de participação histórica.* (LAFOZ *apud* CARVALHO, 1998, p. 456. *Grifo nosso*)

Em síntese, a opção pela luta armada congregava, por um lado, a

perspectiva de revolução social, atrelada à visão do processo revolucionário através da tomada do poder do Estado, pela via da violência revolucionária, e, por outro, uma revolução pessoal, de vida, existencial, que rompesse com os padrões normativos da sociedade.¹⁶ Nessa congregação de duas perspectivas revolucionárias distintas, forja-se, assim, um *ethos* revolucionário, uma união entre intenção e gesto, entre ação e discurso, que, de modo simultâneo à tomada do aparelho burocrático-militar da burguesia, o Estado, deveria construir o homem-novo, fortemente baseado em uma concepção solidária e coletiva, permeado por um profundo igualitarismo e um sentimento de justiça. Posto de outro modo, essas duas faces de um mesmo processo indicam uma grande identificação entre o projeto de transformação individual e o projeto de transformação coletivo, consolidando uma forma específica de agir, baseada em valores éticos.

A manifestação do ethos na luta armada.

Esses valores éticos ficam evidentes não apenas no momento em que optam pelas armas no enfrentamento contra a ditadura, mas também, e

16 É importante salientar que essa ruptura com os costumes, apesar de radical, apresentava-se como uma ruptura seletiva no quadro mais geral da organização em específico, e no conjunto da luta armada no geral, deixando de fora aspectos importantes como a homossexualidade e o uso de substâncias ilícitas. Daniel Aarão Reis, por exemplo, ressalta, em depoimento, essa seletividade, enfatizando o bloqueio em relação a essas duas questões: “A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas. Eu me lembro que havia uma turma nossa que consumia droga mais leve, maconha, e que muito depois a gente veio a saber na direção da organização. Eles nos disseram, muito depois que a coisa se tornou clara, que era um perrengue você fumar um baseado naquela época, porque você tinha que se defender da repressão política de direita e da repressão da militância de esquerda que também não admitia essas liberdades.” (AARÃO REIS FILHO, 2005, p. 27)

principalmente, no decorrer do embate e na própria lógica de clandestinidade subsequente. Após a ação de sequestro do embaixador norte-americano, realizada em conjunto com a Ação Libertadora Nacional (ALN) em setembro de 1969, os órgãos repressivos fecharam, definitivamente, o cerco às organizações de esquerda armada. Imerso na clandestinidade, o MR-8 distanciava-se, gradativamente, dos setores sociais que buscava mobilizar para dar seguimento à revolução brasileira. Nesse contexto, isolados, a possibilidade de prisões e, no limite, da morte, ficavam cada vez mais próximas. Contudo, apesar dos sucessivos reveses em 1970, com prisões e assassinatos, contraditoriamente os militantes mantêm a perspectiva da luta armada, a despeito das evidências que apontavam, cada vez com mais força, a impossibilidade de seu sucesso.

A permanência na luta armada, a despeito das evidências, é indicativa de que o *ethos* revolucionário, forjado na opção e desenvolvimento da luta armada, construiu um compromisso não apenas com o projeto revolucionário coletivo, que conferia identidade aos militantes, mas também com os companheiros que eram presos, exilados ou mortos ao longo do embate contra a ditadura. Esse aspecto fica evidente em alguns depoimentos e atos dos próprios dos militantes do MR-8. Vera Sílvia, por exemplo, oferece detalhes sobre isso, ao relatar a dinâmica da vida clandestina, com a possibilidade de ser presa e/ou morta, e a manutenção da luta armada:

Na clandestinidade, tínhamos uma prática de vida completamente diferente. Eu ficava dentro de casa o dia inteiro, lendo, armada, e com muito medo. Achava que ser presa, morrer a qualquer momento.

[...]

Eu não poderia sair do barco. Me sentia muito ligada a todos, inclusive, afetivamente. Eram meus amigos. A organização era a minha vida. Era a minha vida e a minha morte. Essa era a contradição com a qual eu tinha de viver. Fora dali o que

eu era? Não tinha identidade. A minha identidade era aquela. Eu era uma guerrilheira, seja em declínio ou cercada. Com aqueles amigos, com aqueles guerrilheiros que tinham se proposto a transformar a sociedade. (MAGALHÃES, 1987)

César Benjamin aponta na mesma direção, ao relatar que, ao longo do tempo, a perspectiva política foi dando espaço a uma perspectiva de compromisso com o projeto e com os companheiros de militância:

Houve uma dimensão ética muito relevante na militância, que foi tomando uma posição importante, em detrimento da posição política. Já em 1970, a dimensão política dessa ação se enevoa, torna-se obnubilada, como diria Fernando Pessoa, e aí cresce uma dimensão ética da ação, uma coisa de resistência. (BENJAMIN, 1987)

Nos documentos políticos isso também ficava evidente, como é o caso do documento do militante de codinome “José Gonde”, que relaciona o compromisso com o projeto revolucionário e com os companheiros à “determinação revolucionária”, postulando a substituição da desconfiança pela certeza de realização da revolução, apesar dos insucessos:

[...] estamos unidos por uma mesma determinação revolucionária. Isso nos diferencia dos que vacilam e abandonam a prática. Nós nos comprometemos é com a revolução e encontramos na nossa [prática] a visão político-ideológica que permitirá a consecução desse nosso objetivo. Devemos preservá-la. E para tanto substituir a apatia pela determinação e a desconfiança pela certeza. (JOSÉ GONDE, 1969, p. 15)

Outro documento, de “Pedro Calango”, codinome de Daniel Aarão Reis, também defende, de maneira mais explícita, a permanência na luta

armada como forma de dar sentido às mortes dos companheiros:

Assim estaremos dando desdobramento à prática das ações armadas, superando as concepções que lhe deram origem, sem abandonar o caminho em que elas procuraram se inserir. Assim, *estaremos procurando dar um sentido aos sacrifícios de tantos companheiros que morreram na luta.* (CALANGO, 1971, p. 22. *Grifo nosso*)

Além dos documentos, as ações realizadas pelos militantes oferecem contornos mais nítidos sobre como isso se deu na dinâmica clandestina. João Lopes Salgado, também militante do MR-8, compareceu a um ponto de encontro previamente marcado com um militante que já estava preso há 19 dias, fato que já sabia e que poderia leva-lo, também, à prisão. Compareceu, segundo ele, para demonstrar solidariedade ao companheiro preso. (BENJAMIN, 2013, p. 50) José Campos Barreto poderia ter deixado Carlos Lamarca, extremamente debilitado, para fugir do cerco repressivo no oeste baiano, onde tentavam deflagrar a guerrilha rural. Contudo, segundo relatos, após Lamarca pedir que fugisse e o deixasse, recusou-se respondendo: “Quem é amigo na vida, é amigo na morte.” (JOSÉ; MIRANDA, 1980, p. 164). Ambos, como se sabe, foram assassinados pelos militares envolvidos na Operação Pajussara, que destruiu as possibilidades do embrião da guerrilha rural do MR-8. Cesar Benjamin, na ocasião em que seu irmão, Cid Benjamin, foi preso, em abril de 1970, ficou no apartamento em que os dois moravam mesmo sabendo que Cid havia sido preso. Sua permanência no apartamento, uma ação que contrariava todas as regras de segurança na clandestinidade, tinha também um forte aspecto de solidariedade. Cid, em seu livro de memórias, relata o caso dizendo que pensar que o irmão havia ficado no apartamento dava-lhe forças para resistir às diversas sessões de tortura a que foi submetido. (BENJAMIN, 2013)

Conclusões:

Objetivávamos, com esse artigo, demonstrar de que modo foi construída a opção e manutenção da luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira pela geração de 1968. Através da trajetória da Dissidência da Guanabara, posteriormente Movimento Revolucionário 8 de Outubro, e de seus militantes, buscamos ultrapassar um viés analítico que compreenda a opção pelas armas por intermédio, única e exclusivamente, das leituras conjunturais e tático-estratégicas sobre o capitalismo brasileiro, a burguesia, a guerrilha rural ou quaisquer que sejam as categorias mobilizadas. Buscamos, assim, realçar, também, que a decisão de pegar em armas trazia, mesmo que de forma nuançada, difusa e, por vezes, contraditória, um componente pessoal, individual, relacionado inextricavelmente a uma crítica radical, apesar de seletiva, dos costumes, seja com relação ao papel social atribuído às mulheres e/ou à necessidade de viver o próprio discurso, rompendo com as perspectivas naturalizadas de matrimônio, trabalho, etc., demonstrando, assim, a influência da conjuntura de 1968. Dessa confluência entre duas perspectivas revolucionárias, surgiu uma forma de agir em busca da construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, como se dizia na época.

Referências:

- AARÃO REIS FILHO, D. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1987.
- _____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros.” In: AARÃO REIS FILHO, D.; MORAES, J. Q. (Orgs.) *História do marxismo no Brasil, vol.1, 2.ed.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. “A Vera”. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Orgs.) *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 240-252.
- _____. Entrevista concedida ao Projeto *Memórias Estudantis*. Núcleo de História Oral e Memória (Tempo/UFRJ), 2005.
- _____; RIDENTI, M. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil, vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007
- _____; MORAES, P. *1968: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BENJAMIN, Cesar. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1986.
- BENJAMIN, C. *Gracias a la vida: Memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- BRUN, Éric. “L’avant-garde totale. La forme d’engagement de l’Internationale situationniste.” *Actes de la recherche en sciences sociales, 2009/1 (n° 176-177)*, p. 32-51. DOI : 10.3917/ars.176.0032

- CARVALHO, L. M. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CALANGO, P. *Sobre a luta armada*. 1971, mimeo. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Coleção Daniel Aarão Reis Filho, Série: Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Documentos de Discussão Interna, documento 13.
- CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019.
- COHN-BENDIT, Daniel. 1968. *A revolução que tanto amamos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- DEBRAY, R. *Revolução na Revolução*, São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d.
- FRANK, A. G. “A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo”. In: STEDILE, J (Org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* 8ªed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GONDE, J. ” *Como prosseguir*, 1969, 15f. mimeo. In: Brasil: Nunca Mais. Pasta-processo: 076. p. 3407-3422. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2014.
- GUEVARA, E. *Guerra de Guerrilhas* (1960), 10ª ed. São Paulo: edições populares, 1987.
- _____. *Obra revolucionaria*. Organização Roberto Fernandez Retamar. 2. Ed. México, DF: Era, 1968.
- JOSÉ, E.; MIRANDA; O. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

- MAGALHÃES, V. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth. *Militância Política e Luta Armada*, 1986.
- _____.; SALLES, Y. *Balanço sem perspectiva. 1968 – os que não se esqueceram, os que não se arrependeram*, 1998, mimeo., p. 5. In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, cx. 2, documento 1.
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos (1844)*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MULLER, Angélica. (Org.) *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- PATTO SÁ MOTTA, R. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- POERNER, A. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5 eds. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira. (1966)* 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- QUARTIM DE MORAES, M. “O encontro Marxismo-feminismo no Brasil.” In: AARÃO REIS FILHO, D.; RIDENTI, M. (Orgs.). *Op. Cit.*, 2007, p. 341-373
- REICH, W. *A revolução sexual*. 8ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- RIDENTI, M. “As Mulheres Na Política Brasileira: Os Anos de Chumbo.” *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 2, n.2, p. 113-128, 1990.
- _____. *O fantasma da revolução brasileira, 2ed.* São Paulo: Editora da UNESP 2010.
- _____. “The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context”. *Bulletin of Latin American Research*. Early View (Online Version of Record published before inclusion in an issue). Edited By: Jasmine Gideon, Geoffrey Kantaris, Patricia Oliart, Lucy Taylor, Ann Varley and Matthew Brown. Online

ISSN: 1470-9856.

ROLLEMBERG, D. *Exílio, entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SIRINELLI, J. “Os intelectuais”. In: REMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270

_____. “A geração”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 131-138.

VANEIGEM, Raoul. *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*. Paris: Galimard, 1967.